

UNIVERSIDADE, CRUESP E PLANO COLLOR

Desde 15 de março o país vive a expectativa com relação ao Plano "Brasil Novo" do Governo Collor que, ao assumir declarou pretender salvar o país da inflação e do caos.

A confusão inicial sobre as consequências do pacote vão dando lugar a uma reação nacional à medida que tornam-se claras as verdadeiras intenções do Plano e do Governo Collor, bem como suas nefastas consequências sobre a economia, os salários, o emprego e a independência e soberania nacionais. No debate promovido pela ADUNICAMP, na primeira semana após divulgado o pacote, com os colegas da Economia, foram destacadas a verdadeira feição e as consequências naturais como recessão, desemprego, arrocho, além do caráter estratégico do Plano: a entrega das estatais ao setor privado e ao capital estrangeiro, a continuidade do pagamento da dívida externa e a abertura do país à importação e ao capital internacional.

A fixação do índice de inflação zero para abril - em contraste com as 24% anunciados pelo DIEESE e o IPC de 44% - a ausência de política de reposição de perdas salariais e a pré-fixação de reajustes salariais zero para abril, agravou ainda mais a situação dos trabalhadores. Os empresários sentem-se à vontade para impor a redução de jornada e conseqüente redução de salários, sem contar o alto índice de desemprego; além disso, a concordância do FMI com as medidas econômicas adotadas e o interesse demonstrado pelo capital estrangeiro em adquirir as estatais privatizadas, mostram os verdadeiros beneficiados com o Plano. Mais uma vez recai sobre os trabalhadores o ônus da crise. A dívida externa, a estrutura agrária latifundiária, os grandes banqueiros internacionais e a remessa de lucros continuam intocáveis e "imexíveis", com toda certeza.

A UNIVERSIDADE E O PLANO COLLOR

Antevendo o quadro de recessão com a conseqüente queda do ICMS, desde fevereiro as ADs e as ASs vinham insistindo junto ao CRUESP na convocação de reunião para tratar da reposição de perdas e elaborar um plano de valorização real dos salários. O índice de janeiro - nossa data base - não contemplou o crescimento real do ICMS em 89 - 19% - e nem mesmo repôs nossas perdas anteriores. As tentativas de discutir orçamento global das Universidades para avaliar a suficiência ou não dos 8,4% foram em vão.

Apesar das dificuldades apresentadas pelos Reitores para concessão de índices superiores de reajuste, era voz corrente que as Universidades tinham muito dinheiro. O próprio Reitor Paulo Renato, em várias entrevistas a jornais e à "ISTO É", considerava os 2% do ICMS - cerca de 150 milhões de dólares - "muito dinheiro". Na verdade, apenas nossos salários não sentiam os reflexos desta euforia. Em contrapartida, as Universidades, em especial a UNICAMP em clima de sucessão, viveram 89 sob o signo de um decreto de autonomia extremamente generoso para as atividades de custeio se compararmos com a situação anterior. Mas nossos salários continuam 40% defasados com relação aos salários das Universidades Federais.

Com a recessão causada pelo pacote, obviamente a arrecadação do ICMS teve uma queda que se refletiu nos recursos repassados às Universidades mês a mês. A alternativa encontrada pelos Reitores e pelo CRUESP foi a de endossar a política do Plano Collor anunciando - para uma inflação de 24% anunciada pelo DIEESE - o índice zero de reajuste para nossos salários.

A Universidade gastou, no mês de abril, 105% com a folha de pagamento. Os prejuízos para as atividades essenciais podem ser facilmente avaliados.

RECURSOS SÃO INSUFICIENTES!

ÍNDICE ZERO É ARROCHO!!!

Não há como negar que índice zero de reajuste é arrocho salarial.

A política levada a efeito pelo CRUESP durante todo o ano de 89 e a insensibilidade, a falta de previsão e iniciativa diante de uma realidade que não era surpresa para ninguém, apenas reforçam a política levada a efeito pelo Plano Collor. A Universidade tem sentido os efeitos dessa política de diversas formas! No que diz respeito aos salários, corremos o sério risco de voltarmos à situação de 88 quando as nossas perdas acumuladas chegaram a 72% no mês de agosto.

Com relação às atividades essenciais, medidas tomadas pela administração revelam as dificuldades orçamentárias que a UNICAMP já enfrenta. É o caso do ofício Gr nº 322/90 onde a reitoria estipula, para 90, o percentual de 1% como cota de expansão sobre o valor total da folha de pagamento mensal dos docentes/Unidade, destinado à promoção por mérito e mudanças de regime, o que equivale dizer que a cada ano apenas 5% do quadro docente pode ser promovido por mérito ou ter alterado seu regime de trabalho.



O impacto dessa medida nas Unidades será diferenciado, mas com certeza amarrará, em maior ou menor grau, as reclassificações dos níveis MS-3 para cima, já que a reclassificação dos MS-1 e MS-2 é automática com a defesa de tese.

Por outro lado, medidas como a retirada dos carros oficiais do uso pessoal dos diretores, Reitoria e administração devem vir acompanhadas de medidas como revisão das gratificações de função e assessorias visando uma redução e/ou extinção, e outros encaminhamentos que revelem realmente o zelo que merece a coisa pública e não meramente seu efeito de demonstração.

MOBILIZAR PARA REAGIR!

Este quadro extremamente desfavorável coloca para nós docentes, desafios que exigem respostas em vários níveis.

1. Internamente, devemos insistir na transparência administrativa e no acompanhamento do orçamento por Comissão do CONSU com a presença de representantes dos diferentes segmentos e participação das entidades. Medidas de contenção de despesas como as já enumeradas necessitam ser avaliadas, assim como o redirecionamento desses recursos internamente. Essa análise permitirá também avaliar a suficiência dos 8,4% para as Universidades.

Esperamos que essa antiga reivindicação da ADUNICAMP e da comunidade universitária encontrem uma resposta positiva de parte da Reitoria, permitindo à UNICAMP exercer de forma democrática sua autonomia.

2. Sem prejuízo dessa avaliação interna, a curtíssimo prazo, nossa luta é também pela liberação emergencial de mais recursos do Governo do Estado para a Universidade, de modo a superar as dificuldades criadas pelo Plano Collor. A defesa dos serviços públicos, da educação e da Universidade Pública exige uma ampla mobilização de todos nós e nessa luta contamos com o apoio do 1º e 2º graus e do funcionalismo estadual, para reverter o quadro atual.

3. Nossa mobilização também em conjunto com outros setores é fundamental para enfrentar as ofensivas do Governo Collor em todos os níveis. É imprescindível nossa mobilização em defesa da Ciência e Tecnologia e da Universidade, contra o arrocho, a recessão, o desemprego e o entreguismo.



INFORME DA REUNIÃO DO CRUESP

Este é o relato da reunião do CRUESP com as AD's no último dia 25/04:

1 - O CRUESP informou que a situação das universidades era difícil, mas que os reitores garantiram que no âmbito das universidades, não haveria demissões, redução de jornada, redução de salários e nem atraso no pagamento dos mesmos.

2 - Após a breve explanação sobre a evolução do ICMS do Plano Collor até o final do ano, foi anunciado às AD's que o índice de reajuste de abril seria zero.

3 - As perspectivas de reajuste real de salário a partir do Plano Collor são negras, pois o estudo apresentado pelo CRUESP aponta para uma insuficiência de recursos para as universidades, isto é, se a recessão for confirmada nos próximos meses, os 8,4% do ICMS não serão suficientes para garantir o pleno funcionamento das universidades.

4 - O CRUESP confirmou a comissão técnica de estudo sobre a situação financeira das universidades, que deverá iniciar seus trabalhos já no início do mês de maio.

5 - O prof. Landim, presidente do CRUESP, enviou ofício ao governador solicitando audiência conjunta do CRUESP e AD's, para colocar a difícil situação financeira das universidades.

ICMS x SALÁRIO

Desde do final de 88, a ADUNICAMP vem manifestando a sua discordância em relação a forma como foi negociado o decreto de autonomia de gestão financeira entre os reitores e o governo do Estado.

A ADUNICAMP sempre foi de opinião que o índice de 8,4% do ICMS, era insuficiente para manter uma política de valorização real dos salários e as atividades de custeio e investimentos para as tres Universidades

A seguir apresentamos um gráfico com o comportamento real do ICMS comparado com a evolução dos salários, no período de janeiro de 89 à abril de 90.

Observando o gráfico no trecho do ano de 89, verificamos que o ICMS de FEV. a OUT. cresceu de forma significativa e teve uma pequena queda em NOV. e DEZ.. No entanto, o salário perdeu o poder aquisitivo de JAN. a DEZ.

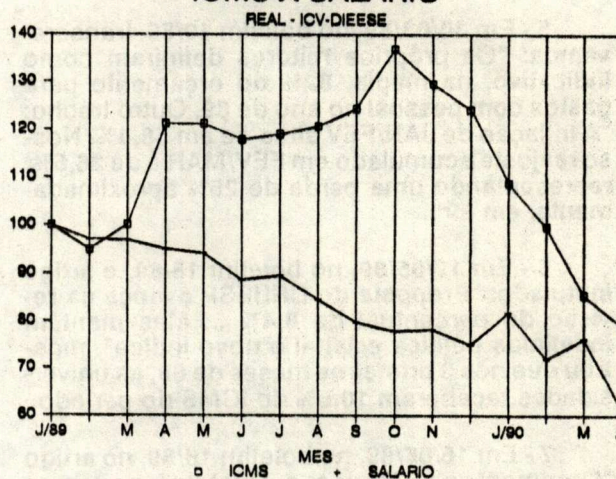
Este fato, como já dissemos em outras oportunidades, vem demonstrar claramente como foi possível passar o ano de 89 com os 8,4% do ICMS. O fato é que se o salário tivesse sido reajustado de forma a preservar o seu poder de compra certamente estes recursos não teriam sido suficientes.

De OUT/89. a ABR./90, verificamos no gráfico que o ICMS entrou em queda livre, pois mês após mês seu ritmo de crescimento esteve sempre abaixo da inflação. Note-se uma forte queda durante o mês de MAR/90, devido à retração na economia provocada pelo PLANO "COLLOR".

Considerando uma forte tendência recessiva na economia, o CRUESP projetou a evolução do ICMS para o período de maio a dezembro de 90, colocando-a em níveis semelhantes aos de 88. Essa mesma projeção indica a impossibilidade de qualquer reajuste real de salários até o final do ano e nem mesmo garante a reposição das perdas devidas à inflação do mesmo período.

Desse modo só nos resta a alternativa de lutar para ampliar o índice de 8,4%. Sem isso, a Universidade passará, este ano, por sérias dificuldades financeiras, com os consequentes prejuízos para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

ICMS X SALARIO



VITAL STATISTICS

Working for the Minimum Wage

The minimum wage in the United States was recently raised to \$3.80 an hour. Next April 1 it will rise again, to \$4.25 an hour. Here's what the legal minimum wage is in six other countries:

COUNTRY	MINIMUM HOURLY WAGE (IN U.S. CURRENCY)
France	\$5.40
Mexico	45 cents
Thailand	41 cents
Peru	26 cents
Kenya	11 cents
Zambia	10 cents

A Mexican fast-food worker

"NEWSWEEK" - 30/04/90

VOCÊ SE LEMBRA?

1 - Em 03/02/89 foi publicado o decreto do Governo do Estado de São Paulo que concedia autonomia às Universidades Estaduais Paulistas e dedicava as mesmas recursos mensais de 8,4% do ICMS arrecadado no mês, sendo: 4,46% para a USP, 2,0% para a UNICAMP e 1,94% para a UNESP.

2 - Em 13/02/89, no boletim 06/89, em artigo intitulado "Autonomia e baixos salários" mostrava a insuficiência de recursos para pagamento dos salários.

3 - Em 22/02/89, no boletim 07/89, em artigo intitulado "8,4%: A Universidade em risco", colocava a necessidade imediata da revisão do Decreto da Autonomia.

4 - Em 07/03/89, no boletim 09/89, vale a pena transcrever um trecho do artigo: "Em risco a Autonomia e as atividades essenciais da universidade", "96% do orçamento de fevereiro para o pagamento de pessoal e apenas 4% para custeio e manutenção".

5 - Em 30/03/89, no boletim 10/89, transcrevemos: "Os próprios reitores definiram como indicativo, na média, 82% do orçamento para gastos com pessoal no ano de 89. Outro trecho: "A inflação de JAN/FEV situa-se em 58,4%. Nosso reajuste acumulado em FEV/MAR é de 26,5%, representando uma perda de 25% aproximadamente, em 89".

6 - Em 19/05/89, no boletim 15/89, o artigo intitulado: "Proposta do CRUESP avança na revisão do percentual de 8,4% ... Mas mantém indefinida política salarial e novo índice", mostrou que nos 3 primeiros meses de 89, as universidades receberam 10,5% do ICMS do período.

7 - Em 16/06/89, no boletim 18/89, no artigo "Orçamentos, Salários e Custeio" podemos transcrever: "Esses reajustes mensais no entanto, não tem acompanhado o crescimento do ICMS (conforme um dos princípios enviado pelo CRUESP) e sequer recuperavam as perdas com a inflação do período. Crescimento do ICMS de FEV a JUN - 123,73%. Reajustes obtidos de FEV-MAIO - 57,11%.

8 - Em 9/08/89, no boletim 22/89, mostrava a perda de poder aquisitivo dos salários de JAN a JULHO, a qual o então Reitor Paulo Renato não concordava.

9 - Em 12/09/89, no boletim 30/89, transcrevemos: "Não é admissível que, em um quadro de inflação acelerada e de crescimento significativo do ICMS, os reitores se mantinham insensíveis e relutantes em discutir com as associações a recuperação salarial necessária e urgente.

10 - Em SET/89, no Jornal da ADUNICAMP nº 9, do artigo "Política Salarial X Evolução do salário real dos docentes", podemos destacar:

"Pode-se observar que em março as universidades gastaram com pessoal 110,22% dos recursos recebidos do governo, já em agosto passou para 75,23%. Isto graças não só a política salarial aplicada pelo CRUESP mas também ao crescimento real da arrecadação do ICMS neste período."

11 - Em 16/10/89, no boletim 31/89, podemos destacar o seguinte: "Enquanto o ICMS teve um crescimento real de 13,6%, nos nove primeiros meses de 89 quando comparado com mesmo período a 88, o salário médio real teve um crescimento de 2,97% nesse período, ..."

12 - Em 07/11/89, o boletim 33/89, apresenta o índice a reajuste de NOV, onde os reitores reconheceram parte das perdas do ano e concederam 7,2% de reajuste acima do IPC do mês de outubro.

13 - Em 6/12/89, no boletim 36/89, podemos destacar: "O prof. Paulo Renato fez explanação sobre a situação financeira das Universidades Públicas Paulistas, e na sua opinião, a situação é satisfatória, pois o comprometimento das verbas do Governo de Estado com pessoal, no ano de 89, ficou em 88,87%".

14 - Em 27/12/89, no boletim 40/89, destacamos: "A proposta dos reitores tem como princípio manter o salário médio real de 90, 10% acima do salário médio de 89".

15 - Em 8/01/90, no boletim 01/90, destacamos: "O reitor Paulo Renato disse então que o CRUESP teria uma premissa a ser seguida no ano de 90: procurar colocar o salário médio real 10% acima do salário de 89 ..."

16 - Em 21/02/90, no boletim 03/90, destacamos: "O reitor reconhece que se o nível salarial não for melhorado, poderemos sofrer consequências gravíssimas caso ocorra algum "choque" na economia a partir de 15 de março ("Plano Collor)".

17 - Em 04/03/90, na Folha de São Paulo, as AD's publicaram uma matéria paga denunciando os baixos salários que recebem os docentes das universidades.

18 - Em 14/03/90, no boletim 06/90, destacamos: "E agora prof. Paulo Renato? O pacote vem aí e podem ser congelados os salários. E nós, como ficamos com os nossos baixos níveis salariais?"

19 - Em 02/03/90, no comunicado do CRUESP, destacamos: "O reajuste de 90% foi fixado objetivando manter o ganho de 10% sobre a inflação durante o ano, conforme decisão tomada em Janeiro passado".

20 - Em abril/90, no Relatório do Quadriênio do Reitor Paulo Renato, destacamos: "Deve-se notar o efeito benéfico da autonomia e gestão financeira iniciada em 1989, ano que tivemos o maior orçamento da história da universidade. Nesse ano o gasto com pessoal significou 70% do total de recursos do tesouro, sendo que o custeio somou 16% e os gastos de investimento os restante 14%".

Frank e Ernest...



LDB SERÁ VOTADA ATÉ FINAL DE JUNHO

A Lei de Diretrizes e Bases começa a ser discutida e votada em Plenário entre 16 e 18 de maio. As emendas estão sendo apresentadas no período de 8 a 11 de maio.

O FÓRUM EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA que se organizou a nível nacional com a participação de várias entidades, acompanha essa discussão e votação em Plenário.

Os setores conservadores tem exercido forte pressão sobre a Comissão, que tem o dep. Jorge Hage (PSDB-BA) como presidente, na tentativa de incorporar à Lei as reivindicações do lobby privatista.

AINDA LDB: FÓRUM ESTADUAL EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO

Dia 10 de maio às 14 horas na Assembléia Legislativa reúne-se o FÓRUM ESTADUAL EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO com o objetivo de organizar o setor educacional na defesa das emendas à LDB que contemplem as conquistas democráticas e a defesa da escola pública.

Dia 17 na Praça da República está previsto o Ato de Lançamento do Fórum.

A Diretoria da ADUNICAMP acompanhará esta discussão que é fundamental para o processo de revisão dos Estatutos da UNICAMP que será desencadeada em breve.

DEBATES DA ADUNICAMP

Dia 08/05 - 16h - Plano Collor, ICMS e Salários

Com: Mário Presser - IE.

Local: CB-10.

Dia 15/05 - 14h - Os Impactos do Plano Collor na Ciência e Tecnologia

Com: Enlo Candotti - Presidente SBPC

Local: Salão III APEU - Centro de Convenções.

ELEIÇÕES ANDES-SN

(Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior)

8,9 e 10 de maio de 1990

BANESPA: DÁ PRA MELHORAR?

A ADUNICAMP iniciou, na semana passada, a campanha pela melhoria dos serviços bancários no Campus. No dia 28/04/90, ocorreu uma reunião com o gerente do PAB-Unicamp, em que foram apresentadas várias reclamações.

Na próxima 6ª feira (05/05/90) a ADUNICAMP vai se reunir com o gerente geral da Agência 010, para colocar os problemas apontados pelos docentes com relação ao Posto de Atendimento Banespa-Unicamp

ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO EM AIDS

O Centro de Controle e Investigação Imunológica "Dr. A. C. Consini", é uma Organização Não Governamental, com sede em Campinas, dedicada exclusivamente à Assistência e Educação em AIDS. Buscando manter a qualidade alcançada e implementar especialmente os programas educativos, o Centro Consini está necessitando de recursos.

Torne-se sócio contribuinte-físico.

Maiores informações: Profa. Sílvia Gatti, ramal 7945.

DENGUE

COLEGA

Todo o distrito de Barão Geraldo está infestado pelo mosquito TIGRE ASIÁTICO (*Aedes Albopictus*) vetor da dengue e da febre amarela.

Vai haver uma OPERAÇÃO ARRASTÃO nos dias 19/20 e 26/27 de maio. Funcionários da SUCEN, PREFEITURA, UNICAMP e moradores vão se organizar e passar de casa em casa recolhendo latas, pneus e outros criadouros.

MAIORES INFORMAÇÕES, PRÓXIMOS BOLETINS OU DEPTO. ZOOLOGIA/IB.